

SOUSA GALITO, Maria (2008). Português Enquanto Língua de Trabalho. CI-CPRI, AO, N°4, pp. 1-3.

AO: Artigo de Opinião



Português Enquanto Língua de Trabalho

1. A língua portuguesa possui incontestável riqueza à escala mundial por traduzir herança comum a povos de oito países independentes e respectivas diásporas. É um fenómeno sociocultural partilhado por quase 250 milhões de pessoas e, por isso, uma variável de mercado. É um bem transaccionável e um poder eficaz na mão dos seus falantes. Vejamos porquê.

Um objecto transaccionável porque possui valor de uso, valor de troca, valor simbólico e um certo prestígio social. Por valor de uso entende-se a capacidade de um indivíduo se expressar num determinado idioma e de o dominar. O valor de troca é avaliado com base nas razões pelas quais os indivíduos comunicam numa determinada língua. O valor simbólico pressupõe uma interpretação subjectiva, emblemática ou conjectural do idioma, na intenção consciente ou subconsciente de indagar um sentido de pertença partilhada por uma comunidade. O prestígio social dimana da conjugação de factores considerados positivos: por ser um meio de comunicação aceite entre as partes; por ser a língua materna/oficial; por ser uma língua de adopção ou de trabalho.

Um idioma pode estimular a comunicação, a negociação e, conseqüentemente, a transacção de produtos e a prestação de serviços, pelo que ascende à categoria de variável com impacto no mercado. Enquanto produto cultural, sujeita-se à concorrência, às leis da oferta e da procura. Pode ser uma mais-valia, rentável e capaz de impulsionar a economia. Logo, a língua portuguesa é uma ferramenta de trabalho.

Esta questão consta da Declaração Constitutiva da CPLP, de 1996, ao explicitar que o português é, à escala mundial:

«(...) fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente; tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.»¹

¹ CENTRO DE ANÁLISE E ESTRATÉGIA (2002). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. URL: <http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/declar_constitutiva.pdf>

Enquanto portuguesa, reporto-me à realidade que me é mais próxima. No quotidiano, é possível constatar que os empresários, investigadores e trabalhadores estrangeiros, não sentem necessidade de aprender o idioma nacional, mediante as facilidades conferidas internamente a idiomas como o inglês.

A Língua de Camões nem sempre é empregue nos discursos internacionais de representantes oficiais dos Estados membros da CPLP – mesmo quando há tradução simultânea ou quando o português é língua oficial da organização.

Portugal é uma economia aberta com longa experiência no intercâmbio com outros povos. Há séculos que exalta a *comunicação* como um valor. Costuma-se dizer que português, quando tudo mais falha, comunica por gestos. O importante é comunicar, negociar, partilhar. Se o admitirmos como verdade, é uma virtude.

Falar/escrever em português não é sinal de provincianismo. Pelo contrário, implica optar por um idioma de vocação universal. **O Português foi a primeira língua global.**

2. A língua de Camões canta diferentes culturas, é fonte de saber e é útil. O português enquanto idioma de trabalho internacional tem sido promovido pelos países lusófonos, individualmente ou através da CPLP e do IILP. Em blocos regionais e outras organizações internacionais.

Podemos mencionar as vantagens do português no mercado linguístico, ao nível da tradução e do ensino da língua; da investigação científica, dos seminários e da actividade corrente das universidades; e das tecnologias da informação, na Internet, tentando assegurar assim, a utilização da língua pelas gerações futuras.

Não é de descurar o potencial de plataformas de negócio, como Macau e Goa. A China e a Índia são duas das grandes economias emergentes do séc. XXI.

Recorda-se o potencial dos *produtos da saudade*. As empresas assumem um papel crucial nesta matéria. Uma língua comum ajuda a criar parcerias estratégicas entre associados e pequenos investidores.

Neste processo, é importante que a consciência seja igualmente colectiva. A união faz a força, ao incentivar as vantagens competitivas de cada um. O Estado pode adjuvar na promoção do português interna e internacionalmente.

Ainda assim, um tal projecto deve encontrar eco junto da sociedade civil. As decisões racionais dos agentes económicos pouco se compadecem com protecctionismos ou discursos emocionais a favor de um certo idioma. No quotidiano das gentes, as línguas são escolhidas em função da sua utilidade.

Por outro lado, as pressões da globalização económica e a convivência de múltiplas culturas num mundo competitivo e interligado, podem estar a alimentar rivalidades entre idiomas.

A *Língua de Camões* deve manter-se no rol de idiomas vivos, dinâmicos e *mais empregues* em contexto internacional. Se continuar a ser utilizado, em função da sua

utilidade, o português terá acrescido valor de troca. O que contribui para o aumento do seu prestígio social e internacional.

3. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é uma posta geopolítica. É um tratado internacional que visa harmonizar o uso oficial de uma língua partilhada por oito países. Para contrariar a existência de dois padrões: o Europeu (usado por Portugal, PALOP e Timor-Leste) e o Brasileiro.

Uma situação verificada desde 1911, pois com o advento da República, Portugal protagonizou uma profunda reforma ortográfica. Mas fê-lo sem consultar o Brasil, país que se manteve mais próximo da ortografia tradicional regida pelo grego e pelos chamados étimos latinos.

O Acordo Ortográfico foi primeiro assinado em 1990 por sete dos actuais Estados membros da CPLP (na época, Timor-Leste ainda não era país independente). Uma proposta formulada por linguistas e outros especialistas da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia Brasileira de Letras, de delegações de países africanos, e de observadores da Galiza (Espanha). O Acordo tinha por base investigações que, supostamente, remontam a 1980, e que pressupunham uma reforma aproximada de 1,6% do actual padrão europeu e de 0,5% do actual padrão brasileiro.

A entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) estava prevista para 1 de Janeiro de 1994. Mas nem o foi depois da assinatura do primeiro *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (a 17 de Julho de 1998). O *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico* data de 2004, o qual já foi ratificado por grande parte dos Estados-membros da CPLP.

Este Acordo poderá ter implicações significativas no âmbito da educação formal e do mercado das línguas. Possui inconvenientes no curto prazo mas, em princípio, maiores vantagens futuras.

Vai implicar custos burocráticos, formação de professores, alteração de mentalidades e ajustamentos concretos no quotidiano dos cidadãos. Mas potencia um imenso mercado no espaço da CPLP. Projecta-se com um padrão único no exterior. Como a ortografia proposta pelo Acordo Ortográfico aproxima a oralidade da escrita – sobretudo no caso do padrão europeu – os cidadãos poderão ter mais facilidade em aprender a língua.

Mas atenção. Se o Acordo Ortográfico se tornar efectivo, os agentes políticos precisam esclarecer as populações habituadas aos padrões antigos. Convencê-las de que vale a pena o esforço de ajustamento, porque: 1) a investigação e as negociações prolongadas foram eficazes e são definitivas; 2) o processo terá suficiente margem de manobra para que os povos se habituem às mudanças (mas sem que as decisões se protelem excessivamente no tempo).

Os povos, como os sistemas, precisam de estabilidade e pressentem climas de incerteza, que incorporam nas suas decisões racionais. Estas questões não se podem tratar de ânimo leve, mas com determinação e sentido de Estado. Está em causa a própria afirmação do português enquanto idioma de pujança internacional, enquanto língua de trabalho com significativo impacto económico no mundo.